



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jundiá.com.br

**Palavra**

Para se ter direito à palavra durante as sessões da Câmara de Jundiá, os vereadores apelam ao 'pela ordem', e isso foi tema de piada entre os parlamentares, na última sessão. Rogério Ricardo da Silva (PHS) pediu um 'pela ordem' somente para comentar que o colega Paulo Sérgio Martins (PPS) crítica a solicitação, mas é um dos campeões nesse tipo de solicitação. Todos os vereadores riram.

**Em números**

O vereador de Várzea Paulista Fernando Pasqualino (PV) aproveitou o espaço da tribuna, na Câmara, para comentar sobre a operação Lava Jato. "Ao todo, figuram na lista do Procurador Geral da República um pedido de abertura de 83 inquéritos, contra 39 deputados federais. A Lava Jato nos dá desespero, mas também traz esperança. Esses senhores nos devem respeito."

**Sexta no Parque**

Alguns tucanos e aliados do governo local acordaram cedo nesse feriado para participar da festa de aniversário do Parque da Cidade. Além do prefeito, Luiz Fernando Machado, estiveram por lá o deputado federal Miguel Haddad, os vereadores Gustavo Martinelli e Faouaz Taha, do PSDB, e Romildo da Silva (PR). Do Executivo, poucos gestores enfrentaram o tempo nublado e a garoa na manhã de ontem. Marcaram presença José Antonio Parimoschi (Governo e Finanças), Nadia Taffarello (Assistência e Desenvolvimento Social) e Vasti Ferrari (Cultura). (Niza Souza)

**ORGANIZAR**

Com recursos escassos, administrações do Aglomerado Urbano de Jundiá (AJU) enxugam gastos para garantir continuidade

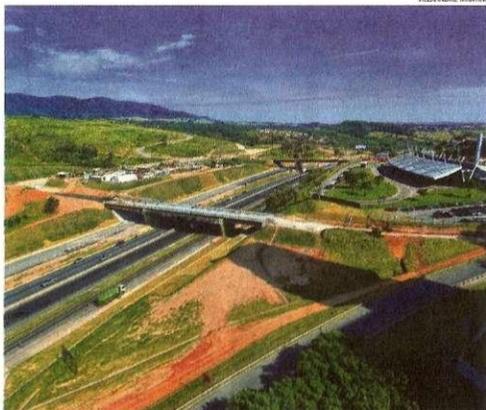
# Gestão de obras públicas em tempo de crise tem prioridade

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@jundiá.com.br

**S**em perder as planilhas financeiras de vista, os prefeitos das sete cidades que fazem parte do Aglomerado Urbano de Jundiá (AJU) se organizam para manter o atendimento à população e dar andamento às obras iniciadas anteriormente. Contudo, reorganizações serão necessárias.

Jundiá terá a condução das obras públicas dentro das normas técnicas estabelecidas e segue a política de transparência. Segundo nota encaminhada pela assessoria de imprensa da administração municipal, "todos os cronogramas físicos e financeiros das obras em andamento estão sendo revistos pela Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos." O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) garante que existem obras prioritárias, - iniciadas sem reserva financeira para a continuidade - que serão analisadas. "A cidade é um cemitério de obras. Temos as alças da Anhanguera que precisam ser finalizadas e a Unidade de Pronto atendimento do Novo Horizonte (já construída) tem de ser colocada em funcionamento. Temos que racionalizar os recursos e priorizar, sempre buscando apoio e aporte nos governos estadual e federal", explica.

Por meio de nota, a prefeita de Jarinu, Elaine Lorencini (DEM), informa que existem obras públicas paradas aguardando liberação de convênio, como o término do Anfiteatro, a construção da Praça



ALÇAS ANHANGUEIRA Jundiá tem contrapartida a ser feita para complementar obra estadual

Danúbio, a creche do bairro Nova Trieste e do bairro Maracanã. Com relação ao ano passado, os projetos que estavam parados já estão sendo verificados junto aos órgãos estaduais e federais para liberação. Mesmo assim, tem realizado serviço de manutenção nas estradas de terra, desde o início da gestão.

Já a Prefeitura de Campo Limpo Paulista informa que todos os contratos foram revistos pela Secretaria de Obras, e, quando necessário, após constatação de irregularidades, auditados para posterior reabertura de licitação. A condução das obras é divulgada no Portal da Transparência. As principais obras em andamento são: Praça CEU; Creche Outeiro das Paineiras; Centro de Convivência do Idoso e Urbanização do Núcleo Industrial. De acordo com o diretor de Obras e Planeja-

mento, Frederick Merten, o cronograma financeiro das obras é adaptado à atual realidade financeira do País. "As obras seguem de acordo com os repasses federais e estaduais", pontua Merten.

O maior desafio do prefeito de Itupeva, Marcos Marchi (PSD), é conseguir pagar as dívidas que a cidade acumula e devolver verbas que foram recebidas e não empregadas. "Temos de devolver o dinheiro sacado e não usado nas obras. Os dados estão sendo levantados. Por enquanto, antes de terminar obras, temos que pagar as contas", diz.

**Ajuste fino**

O prefeito de Louveira, Nicolau Finamore Junior (PTB), em seu segundo mandato, afirma não ter obras paralisadas. "Desde 2014 a crise econômica começou no País e nossa administração se ade-



RETOMADA Obra no Córrego Bertogio, em Várzea Paulista, está em andamento

quou. Temos obras em andamento que são indispensáveis, como o saneamento. Também temos obras paradas, como é o caso do Anfiteatro, herança da penúltima gestão. É um elefante branco. Não fizemos licitações que não tivessem reserva de verba garantida. Por isso as obras que foram licitadas estão em andamento", detalha.

Cabreúva, administrada por Henrique Martin (PDT), também não sofre com atrasos de obras, segundo o chefe do Executivo, também em seu segundo mandato. "Antes mesmo de licitar a obra, durante o planejamento, fizemos ajustes, já prevendo o impacto de redução no orçamento do município e ampliamos o prazo para a entrega. Apesar da queda na arrecadação, não sofremos problemas de atrasos", reforça.

Várzea Paulista também

está no segundo mandato consecutivo de Juvenal Rossi (PV). Lá, as obras que estavam 'travadas', agora estão a todo vapor. De acordo com nota encaminhada pela assessoria de comunicação, a contenção de encostas no Córrego Bertogio, que se arasta desde 2010, está sendo executada e foi retomada no final de janeiro.

As obras do Viaduto da Ponte Seca também foram retomadas, em março, após a autorização dada pelo MRS, órgão do Ministério dos Transportes, no mês de fevereiro, e o tempo seco mínimo para a viabilização dos trabalhos. A Prefeitura de Várzea Paulista gerencia, neste momento, a construção das bases das vigas de sustentação da nova ligação, assim como as escavações necessárias à construção da base das fundações da alça de acesso ao viaduto.

**LAVA JATO**

## Delatores dizem que Odebrecht pagou para ter influência no BNDES e Camex

A Odebrecht pagou propina para ter acesso a documentos sigilosos e influenciar em decisões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex), de acordo com depoimentos de ex-executivos da Odebrecht ao Ministério Público Federal. A empresa também atuava para tentar definir políticas econômicas que a interessavam, como a criação de um banco de fomento às exportações.

Os delatores Fernando Reis e Antonio de Castro afirmaram que a ex-funcio-

nária do Banco Central e da Camex Maria da Glória Rodrigues fazia o meio-campo da empreiteira com a câmara. Mesmo fora dos órgãos públicos, ela continuava mantendo influência e atuando como uma espécie de consultora da Odebrecht nas questões de créditos para exportação. Nas planilhas de propina, ela recebeu o apelido de "Barbie".

Reis conta que em 2006 ela tinha um "crédito" de R\$ 10 milhões para receber de forma parcelada da Odebrecht. Além de valores por sua consultoria, seus paga-

mentos estavam associados a uma taxa de sucesso dos projetos da Odebrecht na Camex.

"Maria da Glória tinha sido uma assessora enquanto era funcionária e nos ajudava com informações. E, apesar de já ter saído, continuava influenciando (na Camex)", disse Reis, que foi presidente da Odebrecht Ambiental. Segundo Castro, ela tinha forte influência técnica na Camex, porque a maior parte das regras de exportação no Brasil foi criada por ela.

A Camex é o órgão respon-

sável por definir as diretrizes do comércio exterior brasileiro, como tarifas de importação, realização de acordos bilaterais e a política de financiamento de exportações. De acordo com os relatores, o maior interesse da Odebrecht era sobre as atividades do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), órgão vinculado à Camex. O Cofig tem como membros representantes dos ministérios do Desenvolvimento, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Agricultura, Casa Civil e Tesouro Nacional. (Das agências)

**PRÉ-SAL**

## Palocci pediu propina à Odebrecht

O ex-executivo da Odebrecht Márcio Faria afirmou em depoimento ter sido procurado por Marcelo Odebrecht porque o ex-ministro Antonio Palocci havia cobrado o pagamento de propina para o PT em razão de um contrato assinado entre a empreiteira e a Sete Brasil para construção de seis sondas do pré-sal.

Segundo Faria, porém, o percentual que teria sido exigido pelo ex-ministro não foi pago porque "passou o tempo" e a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato.

Márcio Faria é um dos ex-dirigentes da Odebrecht que fecharam acordo de delação premiada no âmbito da Lava Jato. Ele deu a informação ao prestar depoimento ao Ministério Público Federal, no ano passado.

Ao prestar depoimento, Márcio Faria disse que, em 2011, foi lançado um edital para construção de 21 sondas para o petróleo do pré-sal. O consórcio composto pela Odebrecht, segundo o delator, venceu a concorrência para construir seis dessas sondas. "Uma vez assinado o contrato,

aí apareceram as solicitações de vantagem indevida", disse.

Aos investigadores, Faria, então, relatou que Pedro Barusco, ex-gerente de Serviços da Petrobras e à época funcionário da Sete Brasil, procurou o consórcio "solicitando vantagem indevida". Esse pedido, disse o delator, seria de 65% para o PT e 35% para a "casa" - o ex-executivo não explica o que seria a "casa".

"Passou um tempo, fui chamado pelo Marcelo Odebrecht dizendo que havia sido procurado pelo Antonio Palocci, onde ele cobrou do Marcelo essa propina. Os 100% do 1% para o PT", disse o delator.

"O Marcelo disse que desconhecia o assunto, que não sabia do que se tratava, que não iria entrar em assunto operacional e que não deu maiores informações ao ex-ministro Palocci. Em seguida, Marcelo me chamou e perguntou o que estava acontecendo. Conteí toda essa história para ele. Conclusão: passou o tempo, veio a Lava Jato, e não pagamos o percentual que seria devido ao PT", concluiu o delator. (Das agências)

**DECISÃO**

## Michel Temer antecipa nomeação de Tarcísio Vieira para o TSE

O presidente Michel Temer nomeou o advogado Tarcísio Vieira para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral a partir de 6 de maio. Vieira vai substituir Luciana Lössio, que deixa a Corte no próximo dia 5. Geralmente, o presiden-

te da República costuma esperar o ministro deixar o cargo para, então, nomear o sucessor.

A nomeação de Tarcísio Vieira foi publicada na edição desta quinta-feira (20) do "Diário Oficial da União". Assim como fez com Ad-

mar Gonzaga - nomeado para ocupar a cadeira de Henrique Neves -, Temer antecipa a nomeação de Tarcísio Vieira.

Os dois novos ministros vão participar do julgamento da ação no TSE que pede a cassação da chapa

Dilma-Temer.

Estão previstos para a próxima segunda (24) os depoimentos dos marqueteiros João Santana e Monica Moura que, inclusive, já tiveram as delações premiadas na Lava Jato homologadas pelo Supremo.